

# **QUINZE ANOS DE DEBATES BRASILEIROS SOBRE OS DIREITOS DE ANIMAIS: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA**

**QUINCE AÑOS DE DEBATES BRASILEÑOS SOBRE LOS DERECHOS DE LOS  
ANIMALES: UNA REVISIÓN BIBLIOMÉTRICA.**

**FIFTEEN YEARS OF BRAZILIAN DEBATES ON ANIMAL RIGHTS: A  
BIBLIOMETRIC REVIEW.**

**Enviado: 2/02/2024**

**Aceptado: 25/03/2024**

**Rodrigo Coelho**

Ciências econômicas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Brasil) com doutorado em econômica social e do trabalho.

Email: rodrigo.coelho@arapiraca.ufal.br

**Quinze anos de debates brasileiros sobre os direitos de animais:  
Uma revisão bibliométrica**  
**Rodrigo Coelho**



Esse artigo analisou a produção de artigos científicos ocorrida no Brasil nos últimos quinze anos, concernente ao tema direito dos animais. Para tanto, desenvolveu-se um portfólio bibliográfico que realizou um processo de busca e seleção de artigos a partir da palavra-chave “Direito Animal” em quatro bases de dados: 1) Google Acadêmico; 2) Rede SCIELO; 3) Portal Periódicos da Capes; e 4) Sites de duas revistas especializadas no tema. Como resultado, construiu-se um portfólio com 289 artigos, sobre o qual foi realizada uma análise bibliométrica com foco na análise de periódicos, autores e subtemas abordados. Este artigo apresenta os artigos e os autores de maior impacto acadêmico. Também são apresentadas as revistas que constituem o core do debate e as macrorregiões brasileiras onde se desenvolve a pesquisa sobre o tema e as Instituições de Ensino Superior que mais produzem sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Direito dos Animais; Animais Não Humanos; Estudos Bibliométricos; Revisão da Literatura.

Este artículo analizó la producción de artículos científicos que tuvo lugar en Brasil en los últimos quince años, sobre el tema Derecho Animal. Para ello, se elaboró un portafolio bibliográfico que realizó un proceso de búsqueda y selección de artículos a partir de la palabra clave Animal Rights en cuatro bases de datos: 1) Google Scholar; 2) Red SCIELO; 3) Portal Periódico de Capas; y 4) Sitios de dos revistas especializadas en el tema. Como resultado se construyó un portafolio de 289 artículos, sobre los cuales se realizó un análisis bibliométrico enfocándose en el análisis de revistas, autores y subtemas abordados. Este artículo presenta los artículos y autores con mayor impacto académico. También se presentan las revistas que constituyen el núcleo del debate y las macrorregiones brasileñas donde se realizan investigaciones sobre el tema y las Instituciones de Educación Superior que más producen sobre el tema.

**Palabras clave:** Derecho de los Animales; Animales no Humanos; Estudios bibliométricos; Revision de literatura.

This article analyzed the production of scientific articles that took place in Brazil in the last fifteen years, concerning the theme Animal Law. To this end, a bibliographic portfolio was developed that carried out a search and selection process of articles based on the keyword Animal Rights in four databases: 1) Google Scholar; 2) SCIELO Network; 3) Periodic Portal of Capes; and 4) Sites of two magazines specialized in the theme. As a result, a portfolio of 289 articles was built, on which a bibliometric analysis was carried out focusing on the analysis of journals, authors and subtopics addressed. This article presents the articles and authors with the greatest academic impact. Also presented are the magazines that constitute the core of the debate and the Brazilian macro-regions where research on the subject is carried out and the Higher Education Institutions that produce the most on the subject.

**KeyWords:** Animal Rights; Non-Human Animals; Bibliometric Studies; Literature revision.

## 1. Introdução

O debate sobre os direitos de animais não humanos vem ganhando força no Brasil paulatinamente. A crescente militância de celebridades e a disseminação de dietas vegetarianas ou veganas impulsiona este debate, porém esta combinação muitas vezes dá um ar folclórico ao tema. Uma análise sobre a produção acadêmica referente a este assunto mostra que há um crescente engajamento da academia brasileira, engajamento este bastante influenciado pelo debate que se estabelece nos EUA desde os anos 1970-80.

É verdade que artigos sobre os limites éticos do uso de animais em experimentos científicos não são novidade, especialmente em periódicos ligados à área da saúde. Entretanto, o que vem ocorrendo neste século XXI, especialmente após 2006, tem um caráter qualitativo diferente. Ainda são frequentes e necessários os debates sobre a ética nas experimentações científicas, mas a discussão se ampliou para a filosofia dos direitos animais não humanos e o arcabouço legal que ampara e protege estes direitos. Assim, o tema transbordou da área biomédica para o direito, meio ambiente e outras.

Este artigo se insere dentro de um projeto de extensão do Campus Arapiraca/UFAL que tem o objetivo de discutir os direitos dos animais não humanos. Aqui iremos buscar entender o debate travado nos últimos quinze anos, período no qual a publicação de artigos acadêmicos sobre o assunto aumentou consideravelmente, inclusive com a criação de revistas voltadas ao tema. Faremos isto a partir de uma abordagem bibliométrica, por meio da qual acompanharemos o volume de publicações, seu impacto acadêmico, detectaremos os principais centros de difusão deste debate e os subtemas que o compõe.

Para alcançar este objetivo, o artigo está organizado em mais duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima seção irá discutir o método utilizado na seleção e constituição do portfólio a ser analisado. Em seguida, faremos uma análise bibliométrica sobre os periódicos que publicam artigos sobre o tema, tendo como foco a identificação dos autores e suas filiações institucionais e dos subtemas abordados. As considerações finais terão o objetivo de sumarizar os dados discutidos ao longo do artigo.

## 2. Metodologia

Segundo diversos autores, a proliferação de estudos acadêmicos e a maior facilidade de acesso, decorrente da disseminação de tecnologias de informação e comunicação, acabaram tornando consideravelmente mais complexa a seleção de textos relevantes para uma revisão bibliográfica. Por conta disto, variadas metodologias de identificação e seleção dos textos mais relevantes, a partir de critérios de qualidade, vêm sendo desenvolvidas (Pagani, Kavleski e Resende, 2018; Braga et al, 2017; Vilela, 2012).

Na revisão proposta neste artigo, adotamos o método PROKNOW-C (Knowledge Development Process - Constructivist). Este método vem sendo utilizado por diversos pesquisadores desde que o Laboratório de Metodologias Multicritério em Apoio à Decisão (LabMCDA), vinculado ao Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, teve sucesso no desenvolvimento de sua metodologia. Conforme contado por alguns dos autores que desenvolveram a metodologia,

*(...) o LabMCDA percebeu que os materiais que informavam a revisão do estado da arte de suas publicações poderiam ser questionados quanto ao alinhamento e à relevância do conteúdo atinentes ao propósito da pesquisa e à exaustividade da busca desses materiais. Esse fato levou à constatação da ausência de um processo estruturado para a seleção e análise da literatura científica. Cumpre salientar que essa era a crítica dos pesquisadores do LabMCDA à maioria dos trabalhos analisados na literatura.*

*A partir de 2005, os pesquisadores do LabMCDA criaram uma linha de pesquisa para suprir essa lacuna, com o desenvolvimento de um processo que pudesse realizar a busca com a amplitude delimitada, o processo estruturado e o foco orientado pelo enquadramento propiciado pelos pesquisadores do assunto (Ensslin, Ensslin e Pinto, 2013, p. 333).*

O PROKNOW-C objetiva apoiar a construção de um portfólio bibliográfico que auxilie os pesquisadores na elaboração de suas pesquisas, especialmente identificando as lacunas existentes na bibliografia existente. A metodologia é composta por quatro etapas, a saber, (a) seleção de artigos alinhados com o tema da pesquisa; (b) análise bibliométrica do portfólio; (c) análise sistêmica visando identificar as lacunas de pesquisa; e (d) definição da pergunta e do objetivo de pesquisa (Linhares et al., 2019; Braga et al, 2017; Ensslin, Ensslin e Pinto, 2013).

Para a revisão sistemática aqui proposta foram cumpridas as duas primeiras etapas do processo: a seleção de um portfólio de artigos acadêmicos sobre o tema da pesquisa e a análise bibliométrica do material encontrado. A seleção de portfólio buscou artigos científicos publicados entre 2006 e 2020 em periódicos acadêmicos brasileiros por autores nacionais e estrangeiros, desde que escritos em português, inglês ou espanhol. Para a pesquisa, foi adotada a palavra-chave “Direito Animal”.

A pesquisa sobre artigos referentes aos direitos animais começou com uma busca no Google Acadêmico (ou Google Scholar). O Google apontou a identificação de

aproximadamente 248.000 resultados<sup>1</sup>. Uma vez que foi feita uma classificação por ordem de relevância, foram analisadas as 10 páginas com textos mais relevantes, abarcando, portanto, um universo de 100 resultados. Deste número, 5 se referiam a teses ou dissertações; 3 eram livros; 6 eram textos apresentados em congressos ou encontros acadêmicos. Um texto se referia a artigo publicado antes de nosso parâmetro temporal (foi em 2003) e 2 textos foram publicados em periódicos estrangeiros – o que também os exclui por nossos parâmetros. Outros 11 resultados apontaram para textos que não tratavam do tema em tela. Para fins de nossa revisão, interessaram 72 artigos que abordavam o tema. Mais ainda, interessou descobrir que há dois periódicos nacionais destinados a discussões acadêmicas sobre os direitos de animais não humanos – a Revista Brasileira de Direito Animal (em circulação desde 2006) e a Revista de Biodireito e Direito dos Animais (em circulação desde 2015). Estes dois periódicos foram os veículos de publicação de 57 artigos, dentre os 72 mais relevantes. Por isso, decidimos tratar destas publicações de forma mais completa, destacando a sua produção integral. Restou, assim, entre os artigos mais relevantes do Google Scholar para a palavra-chave “Direito Animal”, um conjunto de 15 textos.

Em seguida, adotou-se um procedimento semelhante com relação à Rede SCIELO. Neste mecanismo de busca, a partir da mesma palavra-chave, foi possível chegar numa seleção inicial com 257 textos<sup>2</sup>. Destes, 5 textos estavam repetidos e outros 235 versavam sobre temas de ciências veterinárias ou biológicas, tais como fisiologia e parasitologia de diversos animais ou avaliações de intervenções clínicas. Foram descartados ainda 2 textos escritos por autores estrangeiros e publicados em periódicos estrangeiros, por considerar que estes não seriam textos pertencentes ao debate brasileiro. Um artigo indicado foi publicado antes da data estabelecida em nossos parâmetros (a publicação foi de 1999) e dois foram publicados em periódicos estrangeiros. Desta forma, chegamos a 12 textos, em português, inglês ou espanhol, que tratam dos direitos de animais não humanos. Vale destacar que nenhuma das duas revistas dedicadas ao tema (Rev. Bras. Direito Animal e Rev. Biodireito e Direito dos Animais) está relacionada na Rede Scielo e, portanto, nenhum dos 12 textos apontados foi publicado em uma destas revistas. Por outro lado, um texto aqui selecionado também constava na lista de textos oriundos do Google Acadêmico, implicando, neste caso, em uma dupla contagem.

<sup>1</sup> <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=direito+animal&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=direito+animal&btnG=)> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

<sup>2</sup> <<https://search.scielo.org/?q=direito+animal&lang=pt&count=50&from=1&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&q=direito+animal&lang=pt&page=1>> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

A terceira fonte de artigos foi o Portal Periódicos da Capes<sup>3</sup>. Também neste caso, o número de resultados foi extremamente elevado (foram 2.508 resultados). Os resultados foram, então, ordenados por relevância e procedeu-se à análise dos 100 resultados mais relevantes. Dentre estes, 3 eram de periódicos estrangeiros, 5 não estavam com o texto completo disponível, 1 era antigo (versando sobre implicações éticas do uso de animais em pesquisas científicas), 41 eram da área de biologia ou medicina veterinária e outros 14 também não estavam dentro do escopo definido como tema para este estudo. Restaram 36 artigos que atendiam aos parâmetros aqui estabelecidos – porém, 28 artigos deste conjunto já tinham sido localizados nas pesquisas anteriores, restando afinal 8 artigos a serem incorporados ao portfólio aqui elaborado.

Uma quarta fonte de artigos é formada pelas revistas que se dedicam ao tema. A *Revista de Biodireito e Direito dos Animais*<sup>4</sup> é uma delas, tendo começado a circular em 2015 e, com dois números por ano, já conta com onze edições. Além de temas ligados ao direito dos animais, a revista também trabalha com outros temas que cruzam questões biológicas, ética e direito, como fertilização in vitro, eutanásia e pessoas com deficiência. Por conta disto, dos 94 artigos publicados na revista, desde 2015, apenas 30 são referentes ao tema do direito dos animais. Já a *Revista Brasileira de Direito Animal*<sup>5</sup> tem uma trajetória mais longa e menos diversa. Entre 2006 e 2020, ela publicou 35 edições, com 325 textos em seu repositório. Em seu início, todos seus artigos eram fortemente ligados ao aspecto jurídico do direito dos animais, porém, com a sua consolidação começou a abrir espaço para temas de biodireito e de direito ambiental. Além disto, a revista também publica documentos jurídicos (ações públicas, pareceres, decisões judiciais) e manifestos, gêneros textuais que não fazem parte do escopo desta revisão. Feita uma seleção prévia, os artigos acadêmicos sobre direitos de animais não humanos em português, inglês ou espanhol somaram 225.

Tabela 1 – Quantidade de artigos buscados a partir do termo Direito Animal, por banco de dados.

Fonte	Nº de artigos
Google Acadêmico	72
Rede SciELO	12

<sup>3</sup> <[http://www.periodicos-capes.gov.br/ez9.periodicos.capes.gov.br/?option=com\\_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cHM6Ly9ybnAtcHJpbW8uaG9zdGVkLmV4bGlicmlzZ3JvdXAuY29tL3ByaW1vX2xpYnJhcnkvbGlid2ViL2FjdGlubi9zZWZyY2guZG8%2FZHNjbnQ9MCZwY0F2YWlsYWJpbHR5TW9kZT1mYWxzZSZmcmJnPSZzY3Auc2Nwcz1wcm1tb19jZW50cmFsX211bHRpcGxlX2ZlJnRhYj1kZWZhdWx0X3RhYiZjdD1zZWZyY2gmbW9kZT1CYXNpYyZkdW09dHJ1ZSZpbmR4PTEmZm49c2VhcmNoJnZpZD1DQVBFU19WMQ%3D%3D&buscaRapidaTermino=direito+animal](http://www.periodicos-capes.gov.br/ez9.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cHM6Ly9ybnAtcHJpbW8uaG9zdGVkLmV4bGlicmlzZ3JvdXAuY29tL3ByaW1vX2xpYnJhcnkvbGlid2ViL2FjdGlubi9zZWZyY2guZG8%2FZHNjbnQ9MCZwY0F2YWlsYWJpbHR5TW9kZT1mYWxzZSZmcmJnPSZzY3Auc2Nwcz1wcm1tb19jZW50cmFsX211bHRpcGxlX2ZlJnRhYj1kZWZhdWx0X3RhYiZjdD1zZWZyY2gmbW9kZT1CYXNpYyZkdW09dHJ1ZSZpbmR4PTEmZm49c2VhcmNoJnZpZD1DQVBFU19WMQ%3D%3D&buscaRapidaTermino=direito+animal)> Acesso em: 14 de outubro de 2020.

<sup>4</sup> Disponível em <<https://indexlaw.org/index.php/revistarbda>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

<sup>5</sup> Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

<i>Portal de Periódicos CAPES</i>	36
<i>Revista de Biodireito e Direito dos Animais</i>	30
<i>Revista Brasileira de Direito Animal</i>	225
<b>TOTAL</b> <i>(considerando que há 86 textos repetidos em mais de uma fonte)</i>	<b>289</b>

Elaboração própria.

Sobre este total de artigos, foi feita uma classificação a partir do número de citações recebidas pelo artigo, segundo o Google Acadêmico. Assim, a repercussão do artigo, medida pelas citações que recebeu em outros documentos, serviu para ranquear os de maior impacto. É sabido que este critério favorece artigos mais antigos e prejudica os mais recentes, na medida em que o tempo decorrido desde a publicação é um fator importante para que o artigo ganhe relevância e impacto:

*Artigos com menos de dois anos de publicação não possuem potencial de serem citados em grande escala, em razão do tempo entre a realização da pesquisa, e posterior aceitação para publicação. Portanto, para que um artigo com menos de 2 anos de publicação seja citado por outro artigo inédito, pode levar um tempo maior (Linhares et al., 2019, p. 56).*

Dentre os 289 artigos científicos inicialmente selecionados, os dez mais citados estão na tabela a seguir. Estes constituem os textos básicos para se introduzir no debate.

Tabela 2 – Artigos científicos mais relevantes sobre direito dos animais, segundo o número de citações.

Nome do artigo	Ano	Autores	Revista	Citações
Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais	2011	Gabriel Garmendia da Trindade	Fundamento	283
		Lauren de Lacerda Nunes		
Guarda responsável e dignidade dos animais	2006	Luciano Rocha Santana	Revista Brasileira de Direito Animal	88
		Thiago Pires Oliveira		
Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral	2007	Ingo Wolfgang Sarlet	Revista Brasileira de Direito Animal	82
		Tiago Fensterseifer		
Os animais como sujeitos de direito	2006	Edna Cardozo Dias	Revista Brasileira de Direito Animal	78

Fundamentação ética dos direitos animais. O legado de Humphry Primatt	2006	Sônia T. Felipe	Revista Brasileira de Direito Animal	57
A Defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil	2007	Edna Cardozo Dias	Revista Brasileira de Direito Animal	56
Crueldade consentida: Crítica à razão antropocêntrica	2006	Laerte Fernando Levai	Revista Brasileira de Direito Animal	55
Animal em juízo: Direito, personalidade jurídica e capacidade processual	2012	Heron José de Santana Gordilho	Revista de Direito Ambiental	50
		Tagore Trajano de Almeida Silva		
Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibenestarista de Gary Francione	2009	Carlos Naconecy	Revista Brasileira de Direito Animal	39
Dos Direitos morais aos Direitos Constitucionais Para além do especismo elitista e eletivo	2007	Sônia T. Felipe	Revista Brasileira de Direito Animal	38

Elaboração própria.

Como é esperado, não há artigos recentes entre os mais citados – o mais atual da lista é de 2012. E os anos inaugurais do debate (2006 e 2007) produziram sete textos entre os dez mais citados. Também é esperado num debate inaugural que a maioria dos artigos discuta a fundamentação ética e filosófica que sustenta a garantia de direitos aos animais. Neste caso, sete artigos seguem esta linha, enquanto dois tratam do arcabouço jurídico e um analisa o movimento de proteção aos animais.

A seguir, procederemos uma análise bibliográfica de todo o universo de textos coletados (Tabela 1), observando produção anual, os grupos de pesquisas mais atuantes, os autores e as revistas de maior destaque.

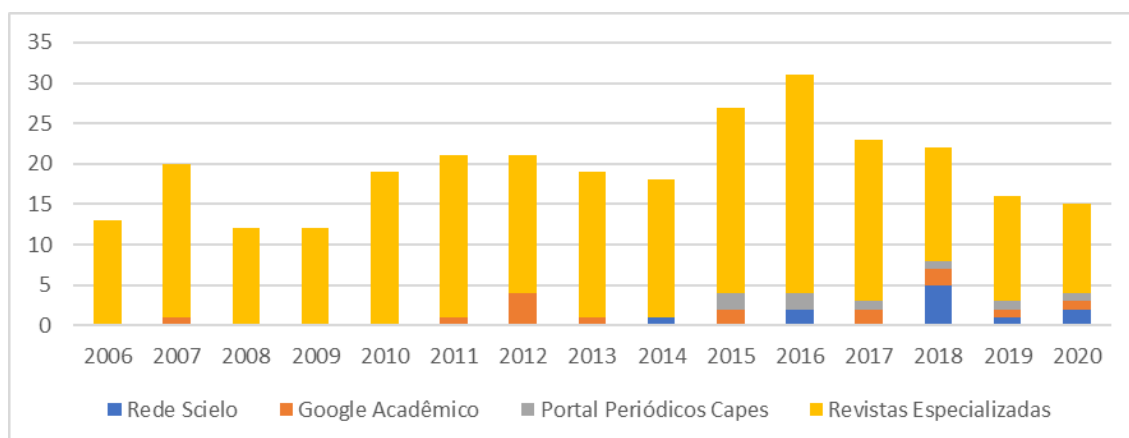
### 3. Análise bibliométrica

A análise bibliométrica dos textos levantados na Tabela 1 nos indica que o tema Direito dos Animais vem sendo objeto de debates acadêmicos, de forma constante, desde 2006 – como já apontado, apenas dois textos anteriores a este ano foram localizados, estando os dois ligados à discussão sobre ética e experimentação animal em pesquisas científicas.



Desde 2006, entretanto, o que temos é a publicação de mais de dez artigos por ano de forma constante. A tendência ao longo do tempo aponta para uma certa estabilidade em torno de dez artigos anuais entre 2006 e 2009, com um aumento excepcional em 2007. Neste período, os artigos são vinculados, quase que exclusivamente, à Revista Brasileira de Direito Animal. Em seguida, a produção ganha mais corpo, ficando em torno de uma média de 20 artigos anuais entre 2010 e 2014 e podemos começar a perceber uma diversificação nos periódicos que abordam o assunto. Um novo salto eleva a produção para 25-30 artigos anuais entre 2015 e 2016 – certamente influenciado pelo início dos trabalhos da Revista de Biodireito e dos Direitos dos Animais. Desde 2017, esta produtividade vem decrescendo lentamente, como se estivesse voltando aos patamares do período inicial, porém agora com uma maior diversidade de periódicos.

Gráfico 1 – Número de artigos publicados, por fonte de dados, por ano (2006-2020).



Elaboração própria.

### 3.1. Análise dos periódicos

Uma análise das revistas que publicaram artigos com esta temática aponta para uma forte preponderância da área de Direito. No total, 14 revistas vinculadas à área de direito publicaram, pelo menos, um artigo sobre direito dos animais no período. E outros nove periódicos de outras áreas também abordaram este debate. Estas nove revistas são vinculadas a áreas tão díspares quanto filosofia, bioética, biologia, antropologia, ciências das religiões, meio ambiente, saúde pública e outras. Na maioria dos casos, entretanto, há apenas publicações esparsas e pontuais sobre o tema. Apenas cinco revistas trouxeram, no período, mais de um artigo sobre direito dos animais, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3 – Periódicos acadêmicos com mais de um artigo publicado, entre 2006 e 2020, sobre direito dos animais.

Revista	Área	Número de Artigos	% Total
---------	------	-------------------	---------

**Quinze anos de debates brasileiros sobre os direitos de animais:  
Uma revisão bibliométrica**  
Rodrigo Coelho



Revista Brasileira de Direito Animal	Direito	225	77,9%
Revista de Biodireito e Direito dos Animais	Direito	30	10,4%
Direito&Praxis	Direito	4	1,4%
Ambiente & Sociedade	Meio Ambiente	2	0,7%
Seqüência (Florianópolis)	Direito	2	0,7%

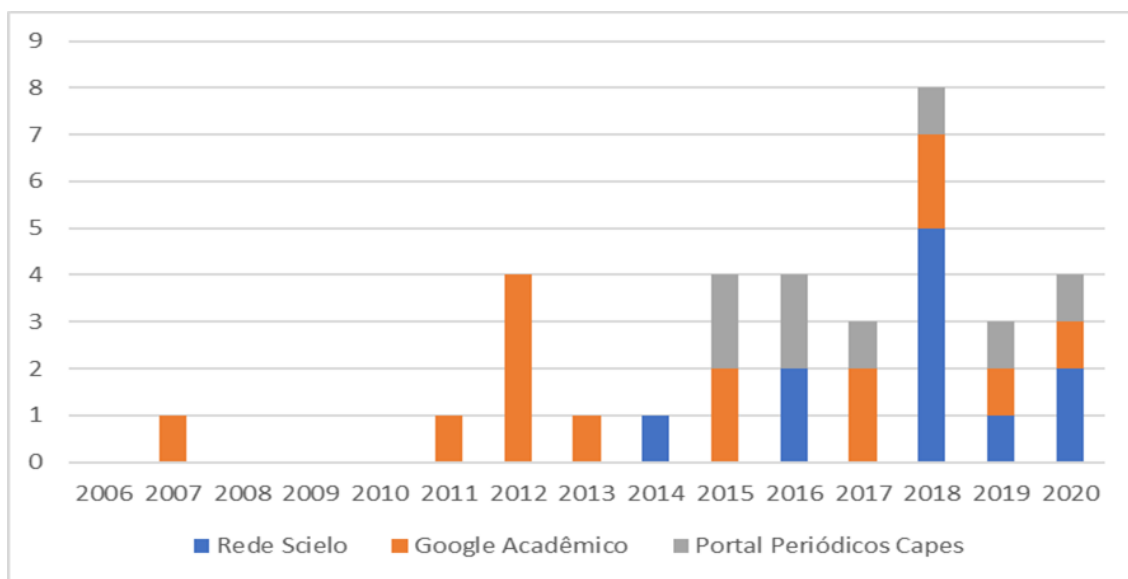
Elaboração própria.

Nos estudos bibliométricos existe uma lei clássica conhecida como Lei de Bradford. Esta lei preconiza que:

*(...) se dispormos periódicos em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre um determinado tema, pode-se distinguir um núcleo de periódicos mais particularmente devotados ao tema e vários grupos ou zonas que incluem o mesmo número de artigos que o núcleo, sempre que o número de periódicos existentes no núcleo e nas zonas sucessivas seja de ordem de 1: n: n2: n3.... (Araújo, 2006, p. 15).*

Analisando os resultados da Tabela 3, podemos indicar que as duas revistas especializadas no tema dos direitos animais, responsáveis por 88,4% dos artigos publicados, constituem o “core” do debate sobre o assunto. Esta tabela também reforça o observado no Gráfico 1, que mostra a influência das duas revistas especializadas no tema em relação à promoção do debate. O gráfico a seguir traz o número de artigos publicados anualmente, excluindo os periódicos especializados. Podemos observar que, neste caso, o debate começa bem depois (ganha consistência a partir de 2011), é bem menos volumoso, apesar de aumentos acentuados da produção em determinados anos.

Gráfico 2 – Número de artigos publicados, por fonte de dados (exclusive os periódicos especializados), por ano (2006-2020).



Elaboração própria.

Neste caso, deve-se comentar o fato de as duas revistas estarem em situações diferentes quando se trata de avaliação de impacto, segundo os critérios estabelecidos pela CAPES. A Revista Brasileira de Direito Animal é classificada no Qualis Quadriênio 2013-2016 como A1 na área de Direito; em outras áreas, a avaliação da revista varia entre B3 e C. Já a Revista de Biodireito e Direito dos Animais não tem classificação, já que suas atividades começaram em 2015.

### 3.2. Análise dos autores

A pesquisa e a escrita dos 289 textos inicialmente selecionados envolveram 329 autores distintos. De forma geral, o tema dos direitos de animais não humanos é discutido de maneira bastante pontual, sem se estabelecer – na maioria dos casos – como um objeto de pesquisa relevante para os pesquisadores. A tabela a seguir aponta para o fato de mais de 93,6% dos autores terem abordado o tema em apenas uma ou duas publicações ao longo do período analisado.

*Tabela 4* – Total de autores, segundo o número de artigos publicados sobre o tema dos direitos dos animais, entre 2006 e 2020.

	Total de Autores	%
Um artigo	273	83,0%
Dois artigos	35	10,6%
Três artigos	11	3,3%
Quatro artigos	4	1,2%

Cinco artigos	2	0,6%
Seis artigos	1	0,3%
Sete artigos	1	0,3%
Oito artigos	1	0,3%
Nove artigos	1	0,3%
TOTAL	329	100%

Elaboração própria.

Neste caso, vale retomarmos outra lei clássica dos estudos bibliométricos, a Lei de Lotka. Esta lei preconiza “*que uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores, e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de grandes produtores*” (Araújo, 2006, p. 13). Esta lei é controversa e tem ensejado inúmeros desdobramentos. Entre eles está a chamada Lei do Elitismo, de Price. Segundo esta lei, “*o número de membros da elite [acadêmica sobre o tema] corresponde à raiz quadrada do número total de autores, e a metade do total da produção é considerado o critério para se saber se a elite é produtiva ou não*” (Araújo, 2006, p. 14).

Adotando o critério de Price, constatamos que a elite acadêmica do debate sobre os direitos de animais não humanos é formada pelos 21 pesquisadores que publicaram, ao longo de 15 anos, 3 artigos ou mais sobre o tema. Estes 21 pesquisadores publicaram, no total, 89 artigos no período, ou 30,8% do nosso portfólio, o que fica abaixo do critério adotado por Price para considerar esta elite como produtiva.

Em relação a impacto acadêmico, medido em número de citações no Google Acadêmico, percebemos que a produtividade não se relaciona necessariamente com impacto. Alguns autores muito citados escreveram apenas um ou dois artigos, que tiveram muito impacto – o que indica que sua aproximação ao tema foi meramente pontual. Os membros da “elite de pesquisadores” são minoria entre aqueles que tiveram mais de 50 citações com seus artigos sobre o tema, conforme podemos ver na Tabela abaixo.

Tabela 5 – Autores mais citados, segundo o Google Acadêmico, entre 2006 e 2020, sobre o tema dos direitos dos animais.

Nome	Artigos	Citações
Gabriel Garmendia da Trindade	2	289
Lauren de Lacerda Nunes	1	283
Edna Cardozo Dias	6	152
Heron José de Santana Gordilho	9	115

Sônia T. Felipe	3	104
Thiago Pires Oliveira	2	100
Cláudio de Souza	1	99
Taylor Brandão Schnaider	1	99
Tagore Trajano de Almeida Silva	8	95
Luciano Rocha Santana	1	88
Ingo Wolfgang Sarlet	1	82
Tiago Fensterseifer	1	82
Carlos M. Naconecy	4	72
Laerte Fernando Levai	3	71

Elaboração própria.

Obs: somente autores com mais de 50 citações estão listados na tabela.

Dos 329 autores listados, 54 eram vinculados a universidades estrangeiras – sendo que 39% destas universidades estrangeiras ficam nos EUA. Também se destacam autores ligados a universidades espanholas (6), argentinas (5), portuguesas (5), francesas (4) e britânicas (4). O fato de um “estrangeiro” ter apresentado um trabalho não significa, porém, que este não trate de questões brasileiras: existem pesquisadores ligados a universidades estrangeiras que se associaram a colegas brasileiros para produzir o artigo e há pesquisadores brasileiros que estão ligados a universidades estrangeiras. Nestes casos, muitos dos textos com autores vinculados a centros externos falam de tópicos pertinentes ao Brasil.

Já, entre os 275 autores ligados a órgãos brasileiros, quando fazemos uma análise sobre os centros universitários nos quais se produzem este debate – excluindo as universidades estrangeiras e os operadores de direito que publicaram – temos uma elite de oito instituições de ensino superior (IES) que respondem por 33% dos artigos produzidos no período. Mais uma vez, observamos que o critério de produtividade estipulado por Price não é alcançado. A Tabela a seguir traz os 16 centros de ensino superior que trabalharam na produção de 45% dos artigos selecionados em nosso portfólio e abrigam 38% dos autores que produziram sobre o assunto.

*Tabela 6* – Instituições de Ensino Superior com pesquisadores que publicaram artigos, entre 2006 e 2020, sobre o tema dos direitos dos animais.

Instituição de Ensino Superior	Autores vinculados à IES	Artigos produzidos pelos seus autores
UFBA	26	33
UFSC	7	13

UFRGS	12	12
UFRJ	7	8
UCS - Universidade de Caxias do Sul (RS)	10	8
UFMG	5	8
Escola Superior Dom Hélder (MG)	10	7
PUC-RS	5	6
Faculdade Meridional – IMED (RS)	9	5
UFPR	4	5
PUC-SP	4	5
Centro Universitário 7 de Setembro (CE)	4	5
UFAL	8	4
Universidade Tiradentes – UNIT (SE)	8	4
Centro Universitário La Salle – UNILASALLE (RS)	6	4
UFC	5	4

Elaboração própria.

Dentre estas IES, podemos atentar que sete ficam na região Sul do país. A produção realizada pelas UFRGS, UCS - Universidade de Caxias do Sul, PUC-RS, Faculdade Meridional – IMED e Centro Universitário La Salle – UNILASALLE dão destaque para o Rio Grande do Sul nesta região, que ainda conta com importantes centros de pesquisa em Santa Catarina (UFSC) e Paraná (UFPR). Os pesquisadores da região Sul produziram 25% do total de artigos selecionados nesta pesquisa.

Outras quatro IES se localizam na região Sudeste. Nesta região, o destaque é o estado de Minas Gerais, com importantes trabalhos desenvolvidos na UFMG e na Escola Superior Dom Hélder.

E cinco das principais IES dentre o estudo sobre direito de animais ficam na região Nordeste, com destaque para a Universidade Federal da Bahia, que é de onde mais saíram artigos e que mais produziu autores ligados a esta temática. As regiões Centro Oeste e Norte responderam por uma produção pequena em relação às demais (as duas somaram 5,4% do total dos artigos do portfólio) e, dentre as IES mais produtivas em relação a este tema, não aparecem com destaque.

Porém, apesar desta concentração regional, na elite produtora deste debate, há em nosso portfólio texto de autores vinculados a 22 estados da federação que produziram sobre o tema.

Trata-se, pois, de um tema com bastante capilaridade no país, mesmo que o tema não tenha o mesmo peso em todas as regiões.

### **3.3. Subtemas trabalhados nos artigos sobre direito dos animais**

O tema direito de animais não humanos constitui uma área de pesquisa extremamente abrangente. Por conta disto, foi necessário estabelecer subtemas, para entender qual o teor do debate. Para isto, os 289 artigos selecionados foram classificados em cinco subtemas. São eles: 1) Questão filosófica; 2) Ordenamento jurídico; 3) Movimento social; 4) Políticas Públicas; e 5) Bioética. De maneira sucinta, o critério de classificação foi o seguinte:

- Questão filosófica: reuniu artigos cujo ponto central é discutir filosoficamente as razões que levam os animais a terem seus direitos considerados, apresentando as diversas linhas de argumentos que sustentam este debate;
- Ordenamento jurídico: este subtema organizou os artigos cujo apelo é discutir as leis, códigos, portarias e todo arcabouço jurídico, seja nacional ou estrangeiro, que regula os direitos animais, inclusive discutindo casos específicos;
- Movimentos sociais: aqui ficaram os artigos que apontam como atores da sociedade civil se articularam para garantir leis e políticas públicas de prevenção a ameaças e garantias de direitos aos animais não humanos;
- Políticas Públicas: os artigos deste subtema têm o foco no debate de serviços públicos que se relacionam ao cuidado, proteção, tratamento e regulação de animais não humanos;
- Bioética: neste subtema se agruparam artigos que tratam de experimentação animal e manipulação biológica dos mesmos, além da relação ética ligada ao entendimento dos animais como mera fonte de alimentação.

É evidente que uma separação estrita dos artigos entre estes subtemas é um processo complicado, na medida em que há uma imbricação entre eles. O ordenamento jurídico é construído e aperfeiçoado a partir da evolução da filosofia do direito; as políticas públicas são frutos de ações de atores políticos (o que inclui movimentos sociais) amparados (ou não) pela legislação; os movimentos sociais se apoiam na questão filosófica para lutar por mais e melhores leis e políticas públicas; e outros imbricamentos são possíveis. Entretanto, a avaliação aqui feita se baseou na leitura dos resumos e, em certos casos, dos artigos completos para determinar o principal aspecto abordado pelo(a) autor(a) ou autores. O resultado desta classificação pode ser acompanhado na tabela abaixo:

Tabela 7 – Número de artigos buscados a partir do termo “Direito Animal”, por subtema.

Subtema	Nº de artigos	Participação
Ordenamento Jurídico	116	40,1%
Questão Filosófica	82	28,4%
Bioética	46	15,9%
Políticas Públicas	38	13,2%
Movimentos Sociais	7	2,4%

Elaboração própria.

Segundo a Tabela 7, o subtema mais abordado nos artigos aqui estudados é o Ordenamento Jurídico. Evidentemente, este resultado não deve causar surpresa, afinal já analisamos que há uma forte preponderância de periódicos da área do Direito que tratam deste assunto – cerca de 61% dos periódicos aqui relacionados são desta área. Em seguida, temos também uma forte ênfase na Questão Filosófica, inclusive com a defesa de posições díspares como o abolicionismo animal, os benestarista e, geralmente como crítica, os especistas. Também se procura relacionar o direito de animais não humanos com tradições filosóficas e, a partir de uma leitura ampliada de filósofos tradicionais, busca-se validar o direito deste grupo. Em terceiro lugar, aparece o tradicional debate sobre bioética, que aqui é expandido para além do tema de uso de animais em experimentações científicas. Neste subtema são incorporadas discussões sobre o a produção e o consumo de animais, eutanásia, registro de patentes de DNA e a relação entre a questão animal e a questão climática. Com alguma expressão, ainda podemos citar estudos que analisam políticas públicas de garantia de direitos. Aqui percebemos uma variedade muito grande de ações públicas analisadas, desde o foco à prevenção de zoonoses até o combate ao tráfico de animais, passando pelas políticas de preservação da vida animal e pela prevenção aos maus tratos (inclusive em atividades de entretenimento, como os circos e zoológicos). Por fim, existe uma produção acadêmica residual que estuda os movimentos sociais em defesa dos direitos animais, este que, talvez, seja a face mais visível deste debate. Com menos de 3% do total de artigos, este subtema ainda tem muito espaço para ser analisado.

#### 4. Conclusões

Este artigo buscou analisar a produção de artigos acadêmicos brasileiros voltados para discutir os direitos de animais não humanos. Esta análise utilizou o método PROKNOW-C para selecionar um conjunto de 289 artigos sobre o tema e, a partir desta base, foi feita um estudo bibliométrico. O resultado deste estudo nos aponta características importantes sobre este campo acadêmicos no país.



Primeiramente, é possível demarcar o ano de 2006 como o ano inicial deste debate. Antes desta data, havia artigos sobre o tema, porém sempre com uma perspectiva de discutir a ética do uso de animais em pesquisas científicas. É neste ano que o estudo dos direitos animais se expande para além dos laboratórios de pesquisa. A produção ganha mais corpo entre 2010 e 2016, sendo acompanhada por uma diversificação nos periódicos que abordam o assunto. Desde 2017, há um arrefecimento do debate, que está retornando aos patamares do período inicial, porém agora com uma maior diversidade de periódicos.

O locus de debate ocorre em dois periódicos dedicados ao tema. Uma delas é a Revista Brasileira de Direito Animal, que foi fundamental para o início da produção acadêmica sobre o tema, já que foi o meio onde a maioria dos artigos vem sendo publicados desde o início de suas atividades, não por acaso em 2006. Já a Revista de Biodireito e Direito dos Animais iniciou seus trabalhos em 2015 e sustentou um novo aumento na produção de artigos entre os anos de 2015 e 2016. Estas duas revistas constituem o “core” do debate sobre o assunto na medida em que congregam quase 90% dos artigos referentes ao tema dos direitos animais.

Inclusive devido à área de atuação de seu “core” de periódicos, o debate sobre direitos de animais não humanos é centrado na área do Direito. Coerente com esta centralidade, proporcionalmente, há predominância de artigos que versam sobre o direito dos animais no ordenamento jurídico pátrio ou estrangeiro. Também é presente as análises filosóficas que embasam estes direitos e os aspectos bioéticos vinculados aos animais. Em proporção menor, há artigos que discutem políticas públicas de proteção e amparo aos animais, bem como os movimentos sociais que lutam por esta agenda.

O portfólio conta com trabalhos produzidos por um total de 329 autores diferentes, dos quais 54 são vinculados a instituições estrangeiras e 275 são vinculados a instituições nacionais. Um olhar quantitativo sobre a produção destes autores indica que mais de 90% deles trata o tema de forma pontual, pois ao longo do período publicaram apenas 1 ou 2 artigos. Segundo os parâmetros da Lei do Elitismo, de Price, a elite acadêmica deste debate conta com 21 pesquisadores que, juntos, são responsáveis por menos de 31% do total de artigos produzidos – o que caracterizaria esta elite como pouco produtiva. Com relação ao impacto acadêmico destes trabalhos, dos 14 autores com mais citações no Google Acadêmico, apenas seis integram a elite, conforme proposto por Price.

Em termos regionais, os principais polos de produção acadêmica sobre o tema são os estados do Rio Grande do Sul (com acentuado número de instituições que produzem sobre o assunto), da Bahia (que abriga a principal revista sobre o tema, o maior número de artigos produzidos e o maior número de autores) e de Minas Gerais (que se destaca numa região que ainda conta com uma produção relevante nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo). Estes três

estados lideram a produção teórica nas regiões que efetivamente discutem sobre direitos dos animais. As IES das regiões Norte e Centro Oeste tem uma produção marginal sobre o tema.

A partir destas cinco grandes conclusões, percebe-se que, nos últimos quinze anos, o campo acadêmico brasileiro sobre os direitos animais se fortaleceu e consolidou. Já existe uma massa crítica respeitável disponível nas plataformas de artigos acadêmicos, algumas com grande impacto e centros de pesquisa que concentram a reflexão. Isso não impede que haja a necessidade de avançar para além da área jurídica, pois o tema permite uma variedade muito mais ampla de enfoques.

### **Referências**

- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1).
- Braga, A. C. *et al.* (2017). Estudo bibliométrico para construção científica de modelo de inovação tecnológica em redes de empresas. *Ciência da Informação*, 45(1).
- Ensslin, L., Ensslin, S. R. & Pinto, H. M. (2013). Processo de investigação e análise bibliométrica: avaliação da qualidade dos serviços bancários. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(3).
- Linhares, J. E. *et al.* (2019). Capacidade para o trabalho e envelhecimento funcional: análise Sistêmica da Literatura utilizando o PROKNOW-C (Knowledge Development Process - Constructivist). *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(1).
- Pagani, R. N., Kovaleski, J. L. & Resende, L. M. M. de. (2018). Avanços na composição da Methodi Ordinatio para revisão sistemática de literatura. *Ciência da Informação*, 46(2).
- Soares, S. V., Picolli, I. R. A. & Casagrande, J. L. (2018). Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 19(2).
- Vilela, L. O. (2012). Aplicação do Proknow-C para seleção de um portfólio bibliográfico e análise bibliométrica sobre avaliação de desempenho da gestão do conhecimento. *Revista Gestão Industrial*, 8(1).

### **RODRIGO COELHO**

Formado em ciências econômicas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Trabalhou no DIEESE junto à Federação Única dos Petroleiros e ao Sindicato Nacional dos Aeronautas. Fez mestrado em economia social e do trabalho na Universidade Estadual de Campinas. Trabalhou na

**Quinze anos de debates brasileiros sobre os direitos de animais:  
Uma revisão bibliométrica**  
**Rodrigo Coelho**



Prefeitura Municipal de São Paulo entre 2002 e 2004. Depois combinou o trabalho como pesquisador no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP/UNICAMP) com consultoria junto à Prefeitura Municipal de Osasco. Em 2013 defendeu o doutorado em econômica social e do trabalho, com uma tese sobre a política de assistência social. Foi gerente na Secretaria de Planejamento de Osasco e diretor na Secretaria de Ação Social de Paulínia. Prestou consultoria a diversas Prefeituras do estado de São Paulo. Deu aula na Faculdade Santa Lúcia e na UFABC. Desde setembro de 2019 é professor da UFAL.